

Lopes diz que BC não intervirá

FLAVIA SEKLES

Correspondente

WASHINGTON – O presidente interino do Banco Central, Francisco Lopes, disse ontem, ao embarcar de volta ao Brasil, que o governo não estava preparando nenhuma intervenção no mercado de câmbio hoje. O ministro da Fazenda, Pedro malan, continua em Washington. Várias horas de conversas na sede do FMI durante sábado e domingo entre a equipe econômica do Brasil e autoridades financeiras do Fundo e do governo americano não haviam levado, até à tarde de ontem, a um novo acordo sobre as metas que sustentarão no curto e longo prazo a continuação de desembolsos do FMI para o Brasil. As conversas, se intensificariam ontem à noite, com a chegada da Europa do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Larry Summers, para reuniões com Malan. Além disso, devido à “situação brasileira”, segundo um porta-voz do FMI, o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus, cancelou ontem uma viagem prevista para a África na próxima semana.

Malan chegou a Washington para apresentar a nova política cambial no sábado bastante otimista, dizendo que “era possível” que o Brasil pedisse antecipação da segunda parcela do empréstimo de US\$ 41,5 bilhões aprovado no ano passado. Funcionários do FMI, que disseram que a flexibilização do câmbio seria o principal item da agenda das reuniões, não deram qualquer sinal de que os lados estavam próximos de um acordo.

O Brasil e o FMI chegaram a um acordo no ano passado para construir um cordão de isolamento ao contágio financeiro ao redor do país, segundo o qual o país teria acesso a US\$ 18,1 bilhões ao longo de três anos para apoiar o programa econômico, naquela época sob ataque devido à crise financeira da Ásia e da Rússia. Além do dinheiro do FMI, o Brasil teria acesso a um total de US\$ 9 bilhões do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento e US\$ 14,5 bilhões de países industriais. A primeira parte desse dinheiro, US\$ 9,1 bilhões, foi liberada em dezembro. Uma segunda parcela, de US\$ 9 bilhões, poderia ser desembolsada até o fim de fevereiro ou antes, se o Brasil estivesse cumprindo as metas fiscais do acordo. Com a desvalorização do real, as metas terão que ser renegociadas.